

Fica para 2000

Ficamos combinados assim: o presidente Fernando Henrique Cardoso cria agora o seu Ministério da Produção, mas ele só começa a funcionar no ano 2000. Não é um desejo de atrapalhar os planos do presidente, mesmo porque o País está ansioso para voltar a crescer. Mas a realidade parece não querer cooperar. Desde setembro, a chamada área econômica do governo e os especialistas do mercado sabem que não se pode falar em crescimento no ano que vem. Ouve-se na área técnica do governo que 1999 sumiu do calendário. É um ano perdido. Ou seja, teremos um ano de ajuste das contas públicas e possivelmente de recessão. A única dúvida que existe é sobre a intensidade da desaceleração econômica.

A angústia de FHC com a falta de crescimento da economia brasileira pode estar na gênese da pasta da Produção. No primeiro ano do governo, ele enfrentou os efeitos adversos da crise mexicana. A estratégia escolhida foi a redução do crédito e a elevação das taxas de juros, o que desaqueceu a economia. Passado o que se chamou de "efeito tequila", o governo achou que já era possível pensar em crescer de forma mais acelerada. As taxas de juros estavam caindo e o déficit público havia sido reduzido para o patamar dos 5% do Produto Interno Bruto (PIB), o menor desde o início do Plano Real.

Mas, nesse momento, os países do sudeste da Ásia entraram em colapso e o Banco Central voltou a pôr os juros em níveis estratosféricos. Os juros altos e a falta de crédito externo provocaram nova desaceleração da economia, justamente no último ano do governo. Passada a turbulência asiática, os juros foram reduzidos para 19% e o presidente voltou a sonhar com crescimento acelerado no primeiro ano de seu segundo mandato. Mas, em agosto, a Rússia quebrou e o Brasil foi posto no epicentro da crise. O BC elevou novamente os juros. Com isso, Fernando Henrique

viu sumir o primeiro ano de sua nova administração.

Não é a toa que o presidente só veio a falar no Ministério da Produção em discurso feito após a vitória no primeiro turno da eleição, quando o cenário apontava para uma possível recessão da economia brasileira em 1999. A proposta do Ministério da Produção soa um pouco como uma espécie de compensação que o presidente oferece ao País, na impossibilidade de apresentar um crescimento de fato.

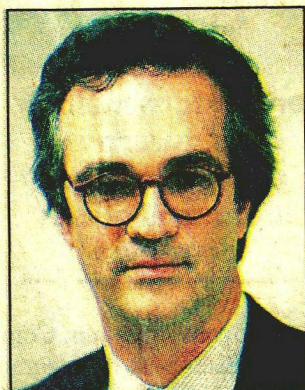
Os primeiros anos do segundo mandato de Fernando Henrique serão marcados por um dramático ajuste nas contas públicas, que se tornaram ainda mais deficitárias ao longo deste ano. É bom não esquecer que o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) terá duração de três anos. E que as medidas de

política econômica do governo terão de ser discutidas com a diretoria do Fundo. Nesse contexto há, portanto, limitações claras para as ações do Ministério da Produção, quaisquer que sejam suas atribuições.

A equipe econômica acredita que se o ajuste fiscal proposto for aprovado pelo Congresso, a credibilidade do País vai melhorar e os capitais externos retornarão. As linhas de financiamento serão gradativamente restabelecidas e o País

voltará a crescer. Acredita numa retomada a partir do terceiro trimestre de 1999. Essa estratégia cria, no entanto, um outro problema que o presidente será obrigado a administrar. É que a travessia entre a atual situação e a retomada do crescimento criará focos de resistência à política econômica, que serão maiores quanto maior for o tempo de duração das elevadas taxas de juros.

Essa resistência já começou a ser verbalizada por líderes empresariais e políticos e poderá ganhar intensidade daqui para a frente. O presidente terá, portanto, de administrar não apenas sua angústia pela falta de crescimento, mas também a impaciência de seus aliados.



■ Ribamar Oliveira é jornalista

**O ano de 1999
sumiu do
calendário. O
sonho do
crescimento está
adiado**